

A MINERAÇÃO NO CONTEXTO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Marcos Esdras Leite¹
Rita Mariana Nogueira Silva²

Resumo: Existe um debate instalado no Norte de Minas Gerais sobre a perspectiva de ampliação e implantação de projetos de extração mineral. Há um discurso dicotômico em relação às conseqüências desses projetos. O governo de Minas Gerais tem se apresentado como incentivador dessa atividade como indutora de desenvolvimento. No entanto, há resistências a esse modelo defendido pelo governo. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar de maneira sucinta os aspectos que cercam o debate sobre a mineração no Norte de Minas. De maneira específica abordou a forma e a visão do Governo de Minas Gerais e dos Movimentos Sociais sobre a mineração como alternativa para o desenvolvimento. A metodologia deste artigo parte de uma leitura crítica de processos desenvolvimentistas e na discrepância entre a proposta de desenvolvimento econômico e conceito de desenvolvimento social. A partir das análises realizadas para este trabalho, acredita-se que a reconfiguração do cenário minerador no Norte de Minas Gerais perpassa por um estudo sistemático e com rígidos critérios que direcionem o entendimento total da situação. No entanto, a proposta do governo, aponta para uma visão econômica. Por isso, é importante provocar debates mais complexos, analíticos e propositivos sobre a mineração no Norte de Minas Gerais.

1 Professor Doutor Departamento Geociências- UNIMONTES; Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS; Bolsista Produtividade FAPEMIG marcosesdras@ig.com.br

2 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES ritamarianans@gmail.com

Palavras-chaves: Mineração.Desenvolvimento.Norte de Minas.

MINING IN THE CONTEXT OF NORTHERN MINAS GERAIS

Abstract: There is a debate installed in Northern Minas Gerais about the prospect of enlargement and implementation of projects for mineral extraction. There is a dichotomous discourse about the consequences of these projects. The government of Minas Gerais has been presented as supportive of this activity as an inducer of development. However, there is resistance to this model advocated by the government. In this context, the aim of this study was to analyze succinctly the issues surrounding the debate over mining in the Northern Minas Gerais. Specifically addressed the way and the vision of the Government of Minas Gerais and social movements on mining as an alternative to development. The methodology of this article is based on a critical reading of developmental processes and the discrepancy between the proposed concept of economic development and social development. From the analysis conducted for this study, it is believed that the reconfiguration of the mining scenario in Northern Minas Gerais permeates a systematic study of rigid criteria that address the full understanding of the situation. However, the government's proposal, pointing to an economic vision. Therefore, it is important to trigger more complex, analytical and purposeful discussions on mining in northern Minas Gerais.

Keywords: Mining, Development and Northern Minas Gerais.

Introdução

É possível vislumbrar a importância dos minerais em qualquer fase da história humana. Não sendo possível pensar o desenvolvimento social e econômico da humanidade sem a presença dos Recursos Minerais. Góes (2013) relata que atualmente, de acordo com pesquisa feita pela consultoria sueca Raw Materials Group (RMG), divulgado no jornal Valor Econômico, “(...) projetos de mineração no mundo somam US\$ 735 bilhões”. Magnus Ericsson, presidente da consultora informou ainda que o valor é parcial, já que as 700 empresas consultadas representam apenas 40% da produção mundial. E que “as Américas têm um dos maiores portfólios entre as diferentes regiões do globo, com investimentos de US\$ 210 bilhões”.

De acordo com estudos para a formulação do Plano Nacional de Mineração 2030, do Ministério de Minas e Energia:

O setor mineral – que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral – é a base para diversas cadeias produtivas. Participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos da indústria. O País destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês e vários outros bens minerais. (PNM 2030, 2011, p. 13)

A historiografia do estado de Minas Gerais, como o próprio nome sugere, está atrelada com os diversos modos e períodos em que a Mineração se fez protagonista, não só da economia como também ao influenciar o modo de vida social e a modelagem do meio ambiente. Porém não se pode tentar escurecer o lado negativo da Mineração: seu alto poder de degradação.

Várias foram as tentativas por parte dos governos federal e estadual em tentar equiparar o desenvolvimento econômico do Norte de Minas com as demais regiões do estado. Um dos exemplos clássicos é que para fins de planejamento o governo federal, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), trata a região norte mineira como parte da Região Nordeste do país, e não como parte do Sudeste, a qual ela pertence na classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Governo do Estado propôs por meio do Plano de Governo promover o desenvolvimento das Microrregiões de Grão Mogol, Janaúba e Salinas ampliando e reestruturando as atividades mineradoras da área.

A atual reescrita do cenário minerador necessita de um estudo sistêmico e com rigorosos critérios acadêmicos que norteie o entendimento completo da situação. Não apenas com vistas ao econômico, mas que seja imparcial ao tratar das realidades locais na íntegra. Buscando compreender a real situação da Mineração norte mineira no contexto nacional e seus impactos sobre as populações tradicionais da região, que já recebem/percebem sua influência direta.

Desenvolver o Norte de Minas através de políticas públicas formuladas em planos teóricos de ação tem se tornado prática recorrente, e não exclusiva, do governo estadual. Atualmente como parte do Plano de Governo, vem sendo implantado, e em alguns pontos, ampliado uma nova estrutura em torno da Mineração. O projeto tem como objetivo promover a economia da região e aumentar a produtividade mineral do estado dentro do Plano de Mineração 2030, do governo federal.

A mineração é entendida como toda e qualquer atividade pertencente ao setor primário da economia que realiza a extração de minério (mineral como valor econômico). A relação entre o Norte de Minas e a mineração vem desde a colonização. Alguns autores trazem a busca por metais e pedras como razão para o processo de interiorização do país e conseqüente desbravamento da região, como escreveu Rodrigues

Com o aumento do interesse da metrópole por pedras e metais preciosos, tem início uma ação mais efetiva do Governo Português no sentido de implementar a descoberta e exploração de ouro no Brasil. Assim, conforme Simonsen (1968, p.79), no final do século XII vários bandeirantes paulistas foram concitados, pelo regente D. Pedro, a buscar as pedras coradas e os metais preciosos que certamente havia nos sertões brasileiros. (RODRIGUES, 2000, p. 188)

Toda riqueza aurífera da região, como bem explicará Coelho (2010), não foi administrada com vistas a nortear um desenvolvimento econômico consolidado e duradouro na região, uma vez que:

o ouro não engendrou segmentos produtivos in loco, pois muito se gastava na importação de gêneros de subsistência e quase nada se produzia dentro das Minas, não ocorrendo, também, a retenção do excedente produzido. A compulsoriedade do trabalho tornava desnecessário o aperfeiçoamento técnico e a aquisição de máquinas, sendo os investimentos revertidos na compra de escravos. Os mecanismos do sistema colonial - o fisco, a tributação sobre escravos, o sistema monetário implantado, as importações em regime de exclusivo comércio - fizeram com que a maior parte dessa riqueza se esvaísse. Dado esse baixo nível de renda, foram poucos os que fizeram fortuna. (COELHO, 2010, p. 09).

Assim, sem formar uma articulação entre os eixos econômicos necessários, essa primeira etapa mineradora não oportunizou a riqueza aos nativos como poderia ter ocorrido caso houvesse sido criada uma rede de produção, comércio e reaplicação de investimentos na região mineira.

Nessa relação inicial a região estava dividida entre as práticas da mineração e suprir as áreas de mineração dos gêneros alimentícios, uma das poucas regiões, até então, com dupla função.

A intensificação das relações comerciais entre o Norte de Minas e as minas, levou ao incremento da pequena produção regional. Segundo Stralen (1980, p. 06), as pequenas lavouras foram intensificadas principalmente em torno da localidade que é hoje conhecida como Montes Claros, uma vez que esta dispunha de “(...) condições favoráveis e (...) fácil acesso à zona de mineração, principalmente às (...) situadas na Serra do Espinhaço: Grão Mogol, Salinas, Diamantina, Felisberto Caldeira, Itamarandiba, Capelinha”. (RODRIGUES, 2000, p.191).

Interessante perceber que o relato acima cita dois dos principais centros da mineração norte-mineira na atualidade: Grão Mogol e Salinas. Para se compreender a reestruturação econômica do Norte de Minas, as interações espaciais no espaço regional/nacional, o papel do Estado como gestor na infraestrutura necessária e a lógica de atuação das empresas mineradoras deverá se nortear, não apenas por busca de origens históricas, mas também, pelo entendimento dos agentes construtores do espaço geográfico como um todo.

Ao encontro dessa perspectiva, neste artigo toma-se, o contexto, desenvolvimentista partindo do âmbito nacional para o regional. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é fazer uma breve análise sobre a proposta governamental sobre a mineração no Norte de Minas. Com isso, pretende abordar alguns aspectos, considerados neste trabalho importantes, sobre a forma e a visão do Governo de Minas Gerais e dos Movimentos Sociais sobre a mineração como alternativa para o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais. Ressalta-se que não se espera com essa discussão ser propositivo sobre a forma e o modelo a ser estabelecido para a mineração e as políticas a serem pensadas e praticadas. O intuito deste trabalho é fazer uma reflexão crítica da pers-

pectivas de exploração mineral e o registro histórico de intervenções estatais para gerar o “desenvolvimento” no norte de Minas Gerais.

Para tanto, inicia-se com uma discussão destacando algumas relações entre desenvolvimento, economia e políticas públicas, com base nessas relações, apresentam-se alguns indicadores que permitem compreender as situações que circundam e/ou norteiam os incentivos à mineração no Norte de Minas. Além de mostrar o contraponto dessa proposta, com a visão dos movimentos sociais e considerações encontradas na literatura acadêmica recente.

Mineração no Norte de Minas Gerais: um novo modelo para o desenvolvimento?

A perspectiva de atuação das ações estatais para a promoção do desenvolvimento extrapola os limites do Estado Nacional brasileiros. Para Iglesias, dentro do contexto de uma análise para a Revista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o protagonismo estatal é indiscutível, frente aos demais aspectos sociais como pode se perceber na assertiva abaixo:

Entre os fatores condicionantes das realidades econômicas, políticas e sociais, as instituições têm um papel crucial, como se vem reconhecendo cada vez mais. E entre elas se destaca o Estado. Na América Latina um fator fundamental dos grandes paradigmas de desenvolvimento foi o papel atribuído ao Estado. (IGLESIAS, 2010, p.47).

Dessa maneira, em Minas Gerais o Estado se destaca como indutor de políticas e ações consideradas como desenvolvimentistas, uma vez que se associa crescimento econômico ao desenvolvimento regional e, mesmo o social. Com objetivo de planejar ações mais efetivas para a realidade local das regiões mineira, Minas Gerais foi dividida em 10 regiões para fins de planejamento.

O Norte de Minas (região de Planejamento nº VII) é uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste do país. Possui sete microrregiões: Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva. (...) Em 1996, ocorreram novos desmembramentos para efeito de

administração pública. A partir daí a Região passou a contar com 89 municípios. (RODRIGUES, 2000, p. 131).

Em 2012 o governo do estado abriu edital (001/2012), por meio da Secretaria de Planejamento Estadual, com vistas a realizar um estudo acerca do perfil de cada região concomitante com os planos de desenvolvimento que serão implantados. Em se tratando de Norte de Minas o objetivo é avaliar a reconfiguração das atividades de Mineração. A pesquisa foi motivada em decorrência dos novos projetos que serão criados e/ou ampliados na região e dentro da perspectiva de gestar o desenvolvimento integrado das regiões do estado (PLANO DE GOVERNO 2011-2014). O Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional (CEDEPLAR) foi o órgão vencedor do processo licitatório e vem desenvolvendo o Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas. Este trabalho também utilizará como delimitação da área de estudo o mesmo recorte territorial proposto pelo governo, valendo se de dois conceitos: o de Região Ampla de Estudo e de Região de Estudo.

(...) Região Ampla de Estudo, compreendendo as microrregiões (conforme definição do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]) de Salinas (municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo), Grão Mogol (municípios de Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho) e Janaúba (municípios de Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas). CEDEPLAR¹, 2012, p.23 [adaptado-grifo nosso].

A figura 1 apresenta a localização do que chamamos de Região Ampla de Estudo dentro da Macrorregião do Norte de Minas, isto é, as microrregiões de Janaúba, Salinas e Grão Mogol.

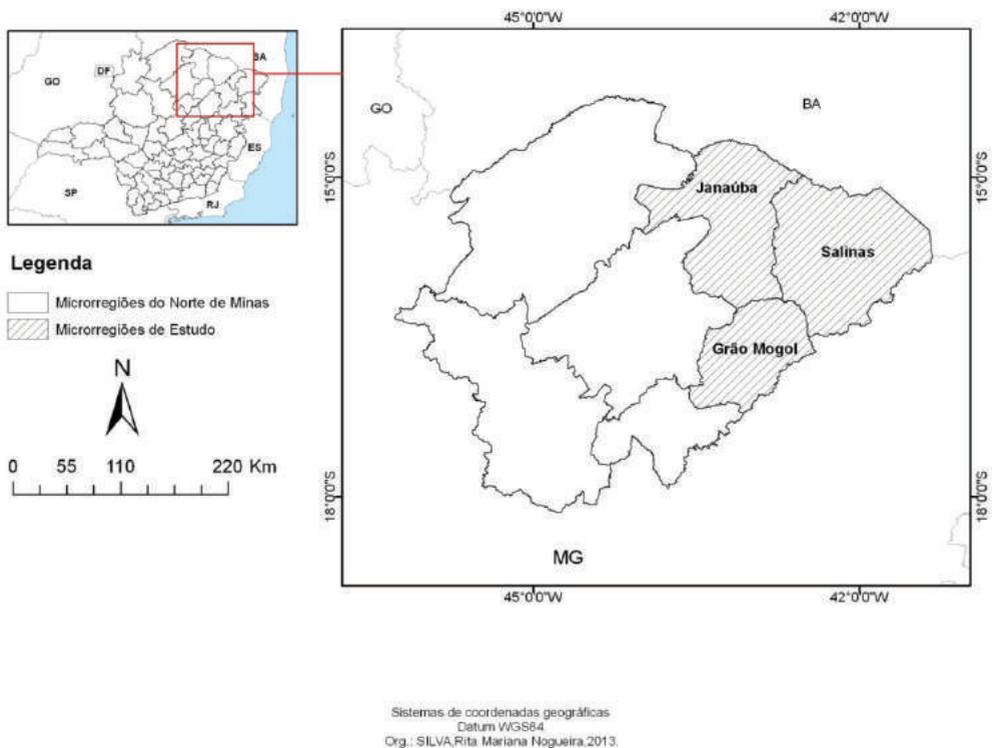


Figura 01 – Localização das Microrregiões de Estudo dentro da Mesorregião do Norte de Minas.

A Região de Estudo:[...]aquela envolvendo os municípios que abrigarão atividades minerárias nos próximos anos. Essa definição levou em consideração os Termos de Compromisso das empresas mineradoras protocolados junto ao Governo de Estado, informação essa apresentada pela SEDRU durante a reunião, e outras informações levadas à reunião pela SEDRU sobre a existência de projetos minerários para a região. Foi definida a Região de Estudo como aquela compreendendo os municípios de Grão Mogol (empreendimentos minerários da Vale, Mineração Minas Bahia - MIBA e Sul Americana Metais), Rio Pardo de Minas (Vale e MIBA), Riacho dos Machados (Vale, Carpathian Gold), e Porteirinha e Serranópolis de Minas (Vale). Foram definidas, ainda como integrantes da Região de Estudo Preliminar, os municípios de Janaúba, Salinas e Taiobeiras, por serem os três centros microrregionais que polarizam os demais municípios e sofrerão impactos diretos dos empreendimentos. CEDEPLAR¹, 2012, p.24 [adaptado].

A figura 2 traz a localização das quatro principais empresas que atuam e ampliarão suas atividades nas microrregiões de Grão Mogol, Janaúba e Salinas. Observa-se, a partir da figura 2, que há maior atuação dessas empresas, sobretudo na microrregião de Grão Mogol. Percebe-se, ainda, que a Sulamericana Metais possui atuação nas três microrregiões presentes na figura.

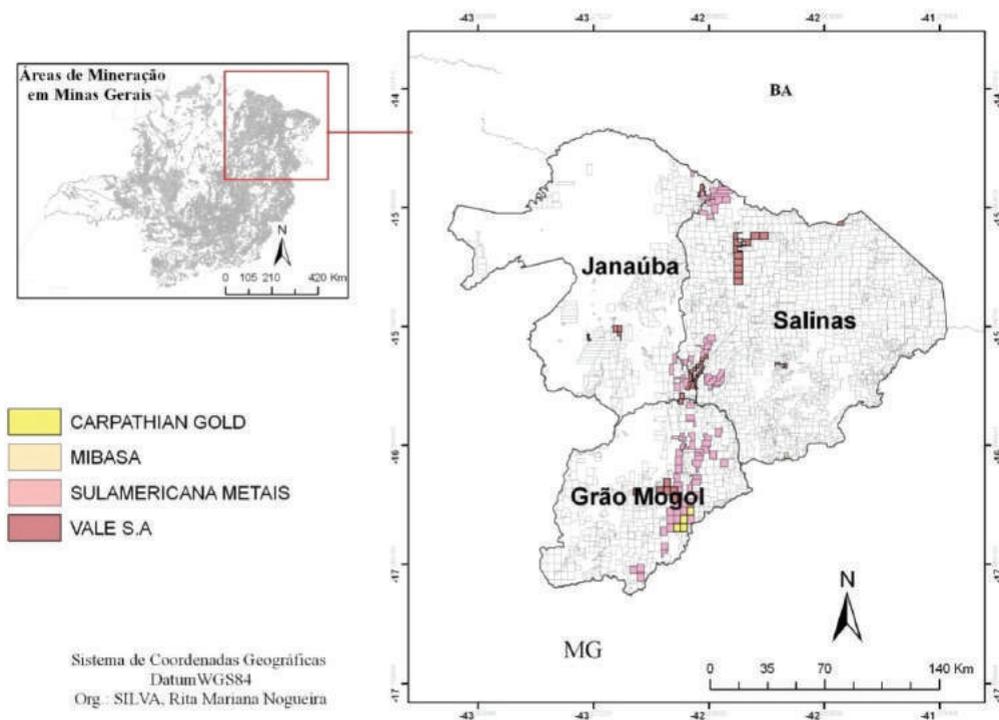


Figura 02 – Localização das empresas de mineração nas microrregiões de estudo.

Para se fazer uma avaliação mais coerente da realidade, juntamente com os mapas acima, segue-se a tabela (versão adaptada da tabela 9 elaborada no Produto 1 do CEDEPLAR¹, 2012, p.57). Assim, pode-se traçar um perfil das empresas, tipos de investimentos e localização específica que ocorrerão na região de estudo, com base nos protocolos de intenções assinados com o Governo do Estado de Minas Gerais.

A tabela 1 retrata os investimentos econômicos, a estimativa de retorno para essas multinacionais e sua alta lucratividade. Há, também, a possibilidade de

novos investimentos e/ou financiamentos serem feitos ao longo do desenrolar dos projetos. Em decorrência dessa possibilidade, não foi divulgado a perspectiva futura completa de investimentos e retornos das quatro empresas principais.

TABELA 01 – DADOS GERAIS DA MINERAÇÃO NA ÁREA DE ESTUDO

Nome da Empresa	Localização	Atividade (tipo de extração)	Investimento (R\$)	Estimativa de Produção (ton/ano)	Faturamento esperado
Sul Americana de Metais (SAM)	Grão Mogol, Padre Carvalho e Ilhéus	Minério de Ferro	R\$ 3,2 bilhões	25 milhões ton/ano	Não informado
Vale	Serranópolis de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol e Rio Pardo de Minas	Minério de Ferro	R\$ 560 milhões	200 mil ton/ano	R\$ 90 milhões nos 03 primeiros anos
Mineração Minas-Bahia (Eurasian Natural Resources Corporation –Enrc)	Grão Mogol e Rio Pardo de Minas	Minério de Ferro	R\$ 3.615.420.000 bilhões	25 milhões ton/ano	R\$ 3,6 bilhões
Mineração Riacho dos Machados (Carpatian Gold)	Riacho dos Machados	Ouro	R\$ 250 milhões	2,2 milhões de ton/ano equivale a 100 mil onças de ouro	R\$ 100 milhões a R\$ 160 milhões a partir de 2012.

Fonte: CEDEPLAR, 2012.

Mesmo aparentemente tão atrativo, o Plano de Desenvolvimento Minerário tem sido duramente questionado. Em se tratando de Norte de Minas, não é esta a primeira tentativa de se promover o “desenvolvimento” da região. O modelo conceitual de desenvolvimento é criticado por Brito (2011, p.20) “Desenvolvimento econômico é uma expressão que pode ser criticada por

seu reducionismo e por certo determinismo econômico”. Dessa maneira, o referido autor adota como conceito de desenvolvimento econômico a noção de desenvolvimento das forças produtivas e acentuação da divisão social e territorial do trabalho e o papel da industrialização nesse processo.

É nesse sentido que o plano do governo de Minas Gerais para a mineração no Norte de Minas é combatido, pois apresenta apenas a visão do “desenvolvimento econômico”. Entidades como o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) vem lutando contra esse modelo de desenvolvimento incentivado pelo governo. Na cartilha: Mineração no Norte de Minas – Não às Crateras da Cobiça, defende se a ideia de que as políticas de desenvolvimento não levam em consideração a opinião popular. Questiona-se, ainda, a prevalência dos interesses privados sobre as reais necessidades da população local, os impactos ambientais ocasionados da atividade mineradora, sobretudo, com relação à contaminação da água, a importação de mão-de-obra, a curta duração do projeto e o alto índice de devastação do ambiente natural.

É notório o descaso histórico e a desvalorização do que é tipicamente norte mineiro. As potencialidades locais são, em sua maioria, administradas pelos poderes públicos e exploradas pelo poder privado, sem que se o “bônus” chegue à sociedade local, proporcionalmente a sua necessidade e/ou contribuição. Dessa forma, o que os movimentos sociais e setores da sociedade reivindicam é essa nova oportunidade de se reescrever este quadro e não mais marginalizar a opinião destas pessoas.

No tocante à questão ambiental, estudos de Carmo (2011e 2012), sobre afloramentos de rochas ferruginosas, conhecidas como Cangas, apontam para um alto impacto ambiental na Região do Vale do Rio do Peixe Bravo, que está localizado na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, na região do município de Riacho dos Machados.

O autor supracitado inicia sua análise destacando a importância desse ecossistema, afirmando que “abrigam centenas de espécies raras, cavernas e locais de interesse para o estudo de antigos ambientes, e ainda fornece

serviços ecológicos vitais, como a recarga dos rios.” (CARMO, 2012 p. 49). Este autor reitera sua constatação, afirmando que

a partir desse contexto, a preservação dos afloramentos de cangas constitui ação estratégica para conservar importante parcela da biodiversidade brasileira. Ao mesmo tempo, essa atitude beneficiaria não apenas plantas e animais associados a esses ecossistemas, mas também a sociedade humana, garantindo a manutenção dos serviços e funções ecológicas, além da perpetuação do patrimônio cultural e ambiental para as próximas gerações. (CARMO, 2012 p.53).

Em outro trabalho, esse mesmo autor destaca que as cangas existentes na bacia do Rio do Peixe Bravo têm relevância superior a de outras áreas do sistema posto que:

representa uma oportunidade única no que se refere à perspectiva de uso racional e da repartição dos benefícios dos recursos naturais. Talvez seja o primeiro caso no país em que o geossistema ferruginoso contendo uma mega jazida ainda não explorada possa ser alvo de estudos ambientais sistemáticos. Esse novo sítio espeleológico atribui alta relevância ambiental para a região, sendo um novo alvo para criação de áreas de conservação desses sistemas ferruginosos pouco conhecidos. Logo, torna-se urgente aprofundar os estudos na região, bem como ampliar o arcabouço legal de proteção à área. (CARMO, 2011, p. 36).

Há a necessidade urgente de estudos ambientais detalhados nas regiões, em que serão implantados/ampliados as atividades de Mineração para que outros sistemas ambientais como o das cangas não sejam destruídos, o que causaria um desequilíbrio ecológico irreversível. Diante desse alerta, Carmo (2012) afirma que a legislação ambiental classifica a extração de minério de ferro como de alta magnitude e irreversíveis, por isso, determina que as mineradoras submetam à aprovação dos órgãos ambientais um plano de recuperação da área degradada, que permita obter um ambiente recuperado estável. Entretanto, Carmo destaca que em alguns estudos sobre a aplicação e os resultados desses planos, se constata a abordagem incompleta e superficial dos objetos investigados.

A partir da discussão estabelecida, percebe-se a real necessidade de um estudo mais completo sobre as consequências da exploração mineral, haja vista o tamanho da área a ser explorada e as peculiaridades e fragilidades sociais, culturais e ambientais. Além disso, os movimentos sociais e mesmo setores do meio acadêmico questionam a forma com que o plano foi criado, pois a opinião popular foi considerada, uma vez que o debate popular foi insuficiente.

Com isso, o que se espera é a coerência das medidas ambientais, sociais e econômicas pautadas em políticas públicas sérias e que prezem, numa visão ampla, de promoção do real desenvolvimento social aliada à sustentabilidade ambiental.

Considerações finais

Para se chegar ao desenvolvimento no Norte de Minas não basta simplesmente criar proposta de exploração dos recursos naturais a qualquer custo. Para uma proposta coerente e eficaz, que traga o desenvolvimento social de uma região com carências socioeconômicas é imprescindível estudos amplos que abarquem as visões de todos os atores envolvidos, principalmente aqueles que terão suas vidas alteradas diretamente. Por isso, os impactos sociais, ambientais e econômicos devem ser mensurados a curto, médio e longo prazo.

No caso do Norte de Minas Gerais várias entidades locais de representação de setores da sociedade, que estão ligadas diretamente aos afetados pela mineração, se posicionam contrárias ao avanço dos projetos minerários. Adotam essa posição por alegarem que essa situação já foi vivenciada e que os efeitos foram danosos para o meio natural e para as comunidades dessas regiões. Portanto, o que se prega é que o uso dos recursos naturais, sobretudo os não renováveis, como, por exemplo, os minerais, não devem estar desatrelados de uma visão ambientalista conservadora que vislumbre na plenitude os impactos e suas consequências.

Ao mesmo tempo, não se é pertinente se opor às necessidades dessas áreas e de suas populações, os baixos indicadores sociais e econômicos refletem a urgência na demanda de auxílio compatível com as potencialidades locais. Logo, faz-se necessário tentar analisar todos os meios que serão utilizados pela mineração para que os impactos sejam diminutos e para que o desen-

volvimento econômico chegue a promover também o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Referências

BRASIL - Ministério das Minas e Energias. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.mme.gov.br/.../Plano_Nacional_de_Mineraçao_2030>. Consulta...> Acesso em 28/09/2013.

BRITO, N. de M. **Mineração e desenvolvimento regional em Corumbá-MS**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011. Disponível em: <www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/.../dissertacao-naman> Acesso em: 29/09/2013

CARMO, F. et.al. **Cangas: Ilhas de ferro estratégicas para a conservação**. Revista Ciência Hoje. Belo Horizonte, 2012. p. 48-53. Disponível em: <cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/295/pdf.../cangas295.pdf/.../file>. Acesso em: 05/10/2013

_____. **Novo sítio espeleológico em sistemas ferrugionosos, no vale do Rio do Peixe Bravo**, Norte de Minas Gerais, Brasil. Revista Espeleo Tema. v.22, p.25-39. Campinas, 2011. Disponível em: <www.sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema_v22_n1_025-039.pdf>

Acesso em: 21/10/2013.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas. Belo Horizonte, 2012. Produto 01.

_____. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte, 2013. Produto 02.

_____. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte, 2013. Produto 03.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Perfil de Minas Gerais** 2012. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <www.fjp.gov.br/index.php/>

component/.../987-perfil-2012completofjp>. Acesso em: 15/10/2013.

COELHO, T. P. **Subdesenvolvimento e dependência**: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência. In.:REVISTA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA. Nº 04, 2010, p. 01-13. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Frameset.htm>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Mineração no Norte de Minas**: não às crateras da cobiça. (folheto).

ESTEVES, M. **Grão Mogol**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1961.

GÓES, F. **Investimento mundial em mineração alcança US\$ 735 bi, diz consultoria**. Valor Econômico. São Paulo, 24 set. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3281128/investimento-mundial-em-mineracao-alcanca-us-735-bi-diz-consultoria>>

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano de governo 2011-2014**. Belo Horizonte, 2011.

GUTIERRES, H. E. P. **A efetividade da gestão ambiental nas empresas de mineração no estado da Paraíba na ótica das comunidades**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/henrique_gutierrez.pdf>. Data do acesso: 01/10/2013.

IGLESIAS, H. V. **O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina**. In.:REVISTA CEPAL – Número especial em Português, 2010, p. 45-53. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/39559/P39559.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>>

RODRIGUES, L. **Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente**. In.:OLIVEIRA, F. et al. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

